

---

# Colóquio «Que Prioridades para as Bibliotecas Portuguesas?»

Organizado pela Associação Portuguesa de Bibliotecários,  
Arquivistas e Documentalistas

(31 Janeiro - 1 Fevereiro 1991)

## Apresentação

JOÃO GONÇALVES

**A** Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, no âmbito de um programa que tem como ponto de partida a actualização do estudo LIB 2/UPDATE — «Ponto da situação da aplicação das novas tecnologias de informação às bibliotecas e o seu impacto na actividade das bibliotecas em Portugal» — vai promover no próximo mês de Abril um seminário que conta com o apoio da DG XIII. Este seminário terá por fim habilitar profissionais de bibliotecas portuguesas com informação detalhada e conhecimentos adequados à elaboração de propostas de projectos candidatos ao financiamento comunitário, no âmbito do Plano de Acção para as Bibliotecas Europeias da DG XIII.

A efectivação deste seminário previa, desde logo, a realização de um colóquio, restrito ao Conselho Técnico Nacional, a todos os Corpos Sociais da Associação, assim como aos representantes do Curso de Especialização de Ciências Documentais de Lisboa, Coimbra e Porto e à INCITE, subordinado ao tema «QUE PRIORIDADES PARA AS BIBLIOTECAS PORTUGUESAS?».

Como objectivo, tem este Colóquio o de ser um espaço de reflexão e debate de que venha a resultar a definição de linhas prioritárias para as bibliotecas portuguesas que possam ser apresentadas ao Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas, como contributo para o estabelecimento de uma política nacional para as bibliotecas em Portugal e a ser presente aos organismos

da tutela. Simultaneamente, espera-se também que do mesmo possam resultar possíveis projectos a serem apoiados e financiados pela DG XIII, no âmbito do atrás referido Plano de Acção.

Nesta perspectiva, o documento-base proposto pelo Grupo de Trabalho LIB2 pretende apenas ser o ponto de partida para reflexão e debate dos temas propostos e para os quais, contamos desde já, com o contributo de todos os participantes.

### Que prioridade para as Bibliotecas Portuguesas?

#### Documento-base

**N**UNCA os profissionais de biblioteca em Portugal tiveram tanto para discutir e nunca como hoje a perplexidade foi tão grande. A abundância, mesmo que real, sofre da habitual desorganização e leva os profissionais a meditar sobre a sua verdadeira natureza e intenções.

Digamos que o cenário das bibliotecas portuguesas começou a mudar quando a Biblioteca Nacional foi autorizada a optar pela via da informatização e quando, por essa mesma época, o Governo lançou também o projecto de Leitura Pública. Não era crível, se é que alguém o pensou ou desejou, que qualquer dos projectos não se expandisse, não deitasse tentáculos e não criasse os seus próprios aliados e interesses.

No entanto, qualquer dos projectos resultou largamente de vontades institucionais, não repercutindo naturais ecos de uma linha consequente

definida pelo Executivo. Terá o Governo pensado nas consequências previsíveis dessas iniciativas? Nunca o projecto da BN se moldou a uma linha do Governo que dissesse claramente quais as preocupações a que respondia, por exemplo, do ponto de vista da investigação; como nunca, acerca do projecto do IPLL, se explicou como iria ele de encontro às necessidades de promoção da leitura ou do livro. Em ambos os casos, os técnicos presumiram. Talvez por isso mesmo, três anos depois do lançamento dos citados projectos, ambos sofram de algumas hesitações: a POR-BASE, embora cresça diariamente, ainda não atraiu as Universidades como seria desejável embora as Universidades não apresentem alternativas; a Rede de Leitura Pública arrancou com edifícios, assinou múltiplos acordos mas ainda não imprimiu uma dinâmica diferentes às bibliotecas públicas.

Estes projectos apresentam factores comuns: são ambos produto do trabalho e do empenho de uma instituição; mobilizam ambos *know-how* nacional fortemente resultante de contactos e da experiência internacional; ambos têm nítida dificuldade em projectar-se decididamente para a frente; ambos giram consideravelmente em torno da Biblioteca Nacional, ainda que por razões distintas.

Quanto ao primeiro aspecto, nada de errado há nisso. De facto, não se pretende que o Executivo, como entidade central, dite todas as regras de jogo. Nós seremos aquilo que quisermos ser. Nesta asserção há uma força muito grande, mas há também — e urge reconhecê-lo — um grande perigo de atitudes voluntaristas. É ao Governo que cabe definir uma política e linhas de actuação. Se isto não acontecer, a nossa força esvai-se por falta de enquadramento conceptual.

É importante distinguir enquadramento, de centralismo excessivo. E este é, certamente, um ponto a merecer melhor reflexão.

A iniciativa não pode nem deve ser roubada aos profissionais de biblioteca. Não abramos a porta a um esquema burocrático, com novas autoridades e novos mandarins. Pelo contrário, exijamos a definição de objectivos e o seu cumprimento com uma discussão pública de propostas alternativas, da sua concretização, dos seus erros e das suas vitórias. Façamos das bibliotecas *res publica*.

Também é verdade que ambos os projectos têm mobilizado a quase totalidade dos recursos humanos existentes no país.

Fora dos círculos respectivos, onde é que há mais recursos humanos? Se as Universidades não avançam, não terá o facto a ver com o problema dos recursos humanos? Será aceitável pensar que as bibliotecas das Universidades regorgitam de recursos humanos bem qualificados que entenderam não colaborar? Afinal porque razão há recursos humanos válidos inseridos naqueles projectos, se os próprios não proporcionam nunca uma compensação financeira extraordinária?

Não teremos de atribuir o interesse suscitado à inovação e à própria aventura que esses projectos ofereciam aos bibliotecários portugueses? A falta de uma linha global, envolvente, dinamizadora e de concepção clara, é de facto, castrante e profissionalmente ultrajante. Quando a oportunidade se oferece, a capacidade explode. Porquê então, a apatia? Esta é a primeira geração de bibliotecários que rompe decididamente com o passado cinzento de rotina. Desde Proença que nada de tão excitante acontecia.

Os factos falam por si, mas ainda não fluem como uma corrente poderosa. Parece uma primeira necessidade dar a esses factos coesão e sintonia.

E porque não se projectam inequivocamente os projectos para a

frente? As razões talvez devam ser procuradas tanto dentro como fora dos próprios projectos. De facto, há entre estes dois projectos uma boa fatia de sobreposição. Ambos se preocupam com aspectos bibliográficos de processamento e de fornecimento da informação. Se isso é responsabilidade da Biblioteca Nacional, e da PORBASE, já tanto não se compreende por parte da Rede de Leitura Pública. Esta deveria preocupar-se com a provisão das colecções, com a promoção da leitura e com a formação de pessoal adequado. Há que exigir do Executivo algumas definições, mas há também que saber demarcar responsabilidades. É, aliás, por aí que o Executivo abre brecha. Nós profissionais não parecemos saber exactamente o que pretendemos.

Depois, temos a Biblioteca Nacional a exercer uma influência considerável — boa ou má — no campo do processamento e da normalização. A PORBASE vive ainda largamente do depósito legal e este é prerrogativa da Biblioteca Nacional. A Biblioteca Nacional dita as normas estabelecidas com base na análise e tratamento de milhares de espécies, em volume inúmeras vezes maior do que qualquer outra biblioteca portuguesa dispõe. Uma situação contraditória com os ritmos e mudanças que se pretendem introduzir mas que só o esforço conjunto das bibliotecas portuguesas pode alterar. Depois, a BN/PORBASE a fornecer informação já processada para as bibliotecas pú-

blicas através da Rede. Este laço BN-Depósito Legal, no fundo, a estigmatizar todo o sistema nacional. Poderá ser redefinido? Mesmo revisto, a BN não perderá a sua qualidade de agência bibliográfica nacional e não abandonará as responsabilidades inerentes. Trata-se de um papel difícil de cumprir, que não pode ser omitido e que não faria sentido oferecer a uma instituição sem tradições. Mas talvez as possa partilhar e assumir, depois, um papel coordenador. Não se caminhará assim para uma maior dinamização, envolvendo outras bibliotecas nesta grande tarefa de formação, normalização e disseminação da informação? Talvez até se abra caminho à criação de um novo espírito cooperativo, com compreensões que até hoje têm andado muito arredadas.

Num e noutro projecto, a BN é o centro multiplicador. Mas terá de ser sempre assim, ou a situação é consequência directa do facto da PORBASE — única base de dados bibliográficos de carácter nacional a merecer menção — estar instalada na BN? Será necessário ou vantajoso que a PORBASE esteja associada à BN? Esta ligação terá ou não o seu tempo?

Dois projectos, nós temos. E que mais?

A recente criação do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas criou expectativas. No entanto, a sua composição e o seu carácter eminentemente consultivo, criado à margem da prática já existente, podem torná-

-lo a estrutura burocrática que as bibliotecas portuguesas dispensam. Também as suas funções mistas de conselho dos sábios e de Ponto de Convergência Nacional para o Plano de Acção das Bibliotecas Europeias, com cinco meses para provar do que é capaz, não deixa de causar dúvidas. Uma estrutura pode ser sempre substituída, alterada. Mas a um Executivo tão lento a entender a problemática e tão renitente em tomar medidas de fundo poderá pedir-se reformulações nesta matéria, para ele de somenos?

A PORBASE, a REDE DE LEITURA PÚBLICA e o CONSELHO são factos adquiridos e, melhor ou pior, nós conhecemo-los. Pelo contrário, o que não temos, ignoramos. A sociedade portuguesa não tem bibliotecários formados à altura das necessidades; as bibliotecas portuguesas são «sarcófagos do saber», com colecções desajustadas aos nossos dias, vivendo uma paz cor-de-rosa que nem o século XIX ambicionaria; as bibliotecas portuguesas não têm dinheiro e isso não aflige nem os órgãos do poder nem a sociedade em geral que deveria ser a primeira, como contribuinte, a reclamar.

A batalha do equipamento — o parque informático e os edifícios — está ganha. Falta ainda muita peça, mas o hábito de os considerar nos orçamentos entrou na rotina. Compra-se equipamento com alguma facilidade e embora cerca de 500 bibliotecas tenham conseguido *software*

porque ele ronda a gratuidade, uma vez o entusiasmo garantido e a dependência organizacional assegurada, ano após ano, os orçamentos vão-se ajustando. Conhecemos épocas bem piores, e aqui trata-se de distinguir o principal do acessório. Estamos a discutir prioridades e não o conjunto das necessidades.

Mas a batalha da provisão ainda não começou. Se não temos livros — as nossas colecções são arqueológicas — que informação vamos fazer circular? Que desenvolvimento, que investigação, que preocupações e que hábitos culturais vamos dinamizar? Assistiremos impávidos e impotentes à fuga sistemática da informação produzida em Portugal para o estrangeiro. Aguardaremos serenos a chegada dos comboios da Europa que, devido à distância, nos oferecem apenas ideias e soluções já obsoletas. Continuaremos a aceitar ser um país sem uma palavra interveniente numa Europa dinâmica que se prepara para enfrentar fontes de informação mais vivas. Teremos de ser fatalmente o parente pobre, sempre alegre, com quem as coisas acontecem e não se preparam? As bibliotecas portuguesas talvez queiram pronunciar-se sobre este estado de coisas e se assim é, então, que se apressem. Façamos das nossas fraquezas argumentos para a *res publica*.

As colecções são um aspecto a requerer toda a nossa atenção. Não se trata de uma luta pontual, de hoje

ou de amanhã. Não são só os orçamentos que estão em causa. A discussão aqui é mais subtil porque mexe com as atitudes e com a mentalidade de quem pode e manda. Trata-se de sensibilizar níveis de hierarquia para o facto de os livros e a leitura serem bens inestimáveis. Bens de que não se espera tirar lucros imediatos e sobre os quais não adianta ter uma política economicista e tecnocrata. Sobre os livros e a leitura só uma política que provoque fome de ler pode ser aceitável. Que se façam estudos, que se movam sociólogos, psicólogos, publicistas, professores e bibliotecários. Que se mobilizem os *media*, as feiras, as exposições ou outras ocasiões de carácter cultural. Que se liberte o livro do *ghetto* e do elitismo em que tem sobrevivido. As colecções precisam de ser actualizadas para corresponder às urgências da ciência e da tecnologia; mas as colecções precisam de ser completadas para que a nossa compreensão e conhecimento do passado tenham algum sentido. Nenhuma faceta se deverá sobrepor à outra. Como o seu acesso não deve ser compartimentado por áreas do saber, como este não se tratasse de um todo. As nossas bibliotecas de ciência e tecnologia têm de responder com acuidade aos problemas de amanhã; mas as nossas bibliotecas públicas têm de atender condignamente o público menos profissionalizado. Se nos é permitida esta dicotomia.

As bibliotecas universitárias são um polo de desenvolvimento como o são as bibliotecas públicas. Será este conjunto, com a Biblioteca Nacional, o eixo do sistema que não temos? Se considerarmos como fundamentais todas as outras bibliotecas, não estaremos a confundir níveis de urgência? Num grande plano mobilizador para as bibliotecas portuguesas vamos concentrar esforços e recursos, ou distribuí-los?

Seja de que maneira for que as colecções cresçam e se actualizem, os livros têm de circular. Os originais, as cópias ou os microfimes — o que importa é disponibilizar a informação independentemente do suporte que a veicula. Não são apenas os profissionais que têm de habituar-se à ideia de que não são os donos dos livros; os leitores têm de aprender e praticar os seus direitos assistindo-lhes o dever de exigir o fornecimento de informação.

Neste contexto, a única questão a salvaguardar relaciona-se com a preservação e conservação das espécies. Os bibliotecários não são os donos dos livros, mas indubitavelmente são responsáveis pela garantia da sua perenidade enquanto espécie física. As bibliotecas portuguesas não só não dispõem de instalações condignas, como o facto de terem colecções diminutas obriga a um seu manuseamento excessivo. Parece estar fora de causa que se torna urgente a adopção de uma política sistemática e coerente que não pode privilegiar ne-

nhuma biblioteca em especial, mas que deverá considerar os fundos bibliográficos do ponto de vista do interesse nacional e da cultura europeia.

Pelo acesso directo ou pela referência bibliográfica, sem mistérios tanto no catálogo tradicional como no catálogo informatizado. O empréstimo inter-bibliotecas tem de penetrar nos nossos sistemas e ser-nos imprescindível. Primeiro no país, explorando os recursos disponíveis, usufruindo com alegria e orgulho os fundos esquecidos das nossas bibliotecas. Um país pequeno, cortado de lés-a-lés por uma rede de informação em suporte electrónico que nos tire desta modorra secular.

Uma rede, ou várias redes, que funcionem como verdadeiras portas

para a Europa e para o mundo. Redes que representam um sistema de bibliotecas descentralizado, de temática variada e rica em informação. Redes que representam o conjunto das bibliotecas portuguesas, num esforço supremo de identificar e gerir o catálogo colectivo a fim de rentabilizar os poucos recursos que nos diminuam.

Como noutras situações, concentrar ou distribuir, partilhar ou restringir. Modelo, procura-se. Que utilize o que de positivo temos; que compare experiências, que elimine o desajustado. Um modelo, enfim, que encontre nas fraquezas das bibliotecas portuguesas um motivo de afirmação junto dos profissionais, da sociedade e dos órgãos de Poder.

### Relatório

FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS

**O** plano de Acção para as Bibliotecas representa, na actualidade, um dos temas que mais interessa os bibliotecários portugueses por estarem cientes da necessidade de participarem nos projectos comunitários e de se guindarem a uma posição de idêntica paridade com os seus colegas da Comunidade Europeia.

É sabido que as linhas gerais do Plano de Acção admitem à partida a

discrepância que existe no desenvolvimento das várias bibliotecas, na utilização de novas tecnologias e formação do pessoal nos vários países da Comunidade. Essa situação que nos coloca como país desfavorecido pode, por sua vez, traduzir-se em benefício se atendermos a que uma das linhas de força do Plano de Acção é, precisamente, aproximar as diversas tendências e esbater as diferenças.

Recapitulando um pouco o significado do Plano de Acção, verificamos que, em termos gerais, o seu objectivo é promover:

- a disponibilidade e a acessibilidade de bibliotecas modernas em toda a Comunidade tendo em conta a existência de discrepâncias geográficas no que respeita ao apetrechamento de bibliotecas;
- uma mais rápida difusão de novas tecnologias nas bibliotecas de uma forma ordenada e em que sejam pesados os custos e benefícios;
- normalização, sobretudo no que significa em termos de consequências económicas na racionalização de meios e estruturas;
- harmonização e convergência de políticas nacionais para bibliotecas pois não é possível uma intervenção da Comunidade sem o suporte apropriado de linhas de intervenção nacionais e até locais.

Na prática o Plano de Acção deve facilitar o desenvolvimento em quatro áreas-chave que abrangem um leque variado de problemas interrelacionados:

1. Disponibilidade de registos bibliográficos/catálogos em formato legível por computador como um recurso básico para o intercâmbio internacional;

2. Possibilidade de interligar sistemas automatizados de bibliotecas;
3. Melhoria de acesso aos documentos existentes em bibliotecas europeias através da implementação de mecanismos de empréstimo inter-bibliotecas;
4. Modernização das capacidades e conhecimentos do pessoal das bibliotecas através da troca de experiências e de um plano de formação integrado.

Nesta perspectiva, e dado que o prazo de apresentação de projectos se aproxima, entendeu a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) promover uma reunião do seu Conselho Técnico alargada a todos os Corpos Sociais da Associação, aos representantes dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais de Lisboa, Coimbra e Porto, e à INCITE num colóquio intitulado *Que prioridades para as bibliotecas portuguesas?*.

O objectivo era dar oportunidade a um debate em que fosse possível definir linhas prioritárias para as bibliotecas portuguesas a apresentar ao Conselho Superior das Bibliotecas e aos organismos de tutela como possíveis projectos quer para apoio e financiamento pela DG XIII, ao abrigo do Plano de Acção quer para a definição, que urge, de uma política nacional para as bibliotecas em Portugal.

Este colóquio representou, por sua vez, uma realização preliminar a um

seminário que a BAD organizará, com o apoio da DG XIII possivelmente em Abril e cujo objectivo final é dar orientações para a apresentação de propostas e para o justo encontro de parceiros internacionais que possam participar nos projectos.

A ocasião apresenta-se pois como propícia a um debate alargado e a uma clarificação de ideias tanto mais que dois outros factores contribuem, no momento, para tornar ainda mais urgente a definição de prioridades para as bibliotecas portuguesas: o primeiro é a recente criação do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas a quem pertence, entre outras competências, a de garantir as funções de ponto de convergência nacional das bibliotecas portuguesas com vista à cooperação europeia e nacional. O segundo facto decorre da actualização do estudo LIB2 que a BAD aceitou preparar para a Comissão das Comunidades Europeias, mais concretamente para a DG XIII e que visa obter dados precisos sobre a aplicação e o impacto das novas tecnologias de informação nas bibliotecas portuguesas.

Apresentada a conjuntura inerente à realização do colóquio, passamos, em seguida, para a análise dos dois dias de trabalho que foram, para todos os participantes conforme unanimemente se afirmou, extremamente profícuos.

A fim de facilitar o debate e de organizar a discussão e as possíveis conclusões a retirar, foi elaborado

um documento de base, onde se levantam questões que reflectem o estado actual da situação, questões essas que podem ser consideradas de impacto para o futuro das bibliotecas. A temática apontada no documento sugeriu, ainda que não exclusivamente, a própria distribuição dos tópicos a discutir em cada sessão, a qual ficou como segue:

*Abertura* — João Gonçalves,

1.<sup>a</sup> Sessão — Rede de Leitura Pública e promoção da leitura.

Moderador: José Carlos Alvarez.

2.<sup>a</sup> Sessão — PORBASE, cooperação e empréstimo.

Moderador: Lucília Paiva.

3.<sup>a</sup> Sessão — Redes e sistemas: papel dos vários tipos de bibliotecas.

Moderador: Ana Maria Martinho.

4.<sup>a</sup> Sessão — Gestão das colecções: depósito legal, literatura estrangeira.

Moderador: João Emmanuel Leite.

5.<sup>a</sup> Sessão — Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas.

Moderador: Natércia Coimbra.

6.<sup>a</sup> Sessão — Formação de pessoal.  
Moderador: António José de Pina Falcão.

7.<sup>a</sup> Sessão — Preservação e conservação.

Moderador: João Gonçalves.

Discussão final e conclusões

Relator: Fernanda Maria Campos.

Na generalidade, todos os temas foram apresentados pelos respectivos moderadores, nas linhas julgadas convenientes para suscitar o debate ou o simples esclarecimento e, na realidade, a animação e o interesse que os colegas manifestaram participando activamente com a sua experiência ou com as interrogações que profissionalmente mais os preocupam, foram de realçar.

É curioso verificar que certos temas, não estando propriamente em debate, se tornaram linhas de força em quase todas as sessões. A verdade é que, questionar as prioridades para as bibliotecas portuguesas é interrogarmo-nos sobre o papel que estas instituições podem e/ou devem desempenhar na nossa actual sociedade e assim, tópicos como a *Promoção da leitura*, o *Estudo do utilizador*, a *Formação do pessoal* e o *Marketing dos serviços e da imagem do bibliotecário* foram focados por diversas vezes.

Noutra escala, as preocupações relativamente ao diálogo com as diferentes tutelas e o papel que poderá desempenhar o *Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas* foram também fios condutores do debate. No decorrer das sessões os principais problemas equacionais foram os seguintes:

- 1) a PORBASE e a Rede de Leitura Pública como grandes projectos em curso mas acusando deficiências organizacionais e li-

mitações no seu crescimento por falta de infraestruturas adequadas;

- 2) a cooperação de forma não sistematizada entre as diversas bibliotecas que se salda pela quase ausência de projectos de redes e/ou sistemas locais e sectoriais, a qual acarreta, como consequência imediata, grandes dificuldades ao empréstimo e à disponibilidade da informação e do documento;

- 3) a inexistência de um plano de gestão integrada de colecções que se reflecte numa deficiente distribuição da informação, numa desactualização crescente de certos fundos importantes e num desconhecimento generalizado das fontes;

- 4) a degradação progressiva dos fundos das bibliotecas por ausência de meios e formação para assegurar uma preservação e uma conservação adequadas;

- 5) a desadequação da formação ministrada ao pessoal das bibliotecas tendo em vista quer as novas tecnologias quer a integração europeia;

- 6) a desarticulação entre os serviços das bibliotecas, os interesses dos utilizadores e a política cultural vigente.

Feito este diagnóstico ao longo das várias sessões, estabeleceram-se,

após debate, as seguintes prioridades e linhas de acção para cada um dos temas propostos:

*1.ª Sessão:* Rede de Leitura Pública e promoção da leitura.

*Prioridade:* A definição de uma verdadeira política integrada de leitura que combine e articule os esforços desenvolvidos pelo projecto Rede de Leitura Pública com outros projectos existentes, nomeadamente a PORBASE e com outros que urge implementar, sobretudo ao nível das bibliotecas escolares para desenvolver e consolidar o gosto pela leitura.

*Linhas de acção propostas:*

- Questionar a hierarquização das prioridades do desenvolvimento do projecto existente com vista a que, o mais rapidamente possível, se possa gizar uma estratégia de promoção da leitura mediante combinação de esforços com outros organismos vocacionados para a produção e difusão de documentos;
- Apostar numa regionalização ou acção descentralizada para um projecto de promoção da leitura, através, por exemplo, da criação de delegações regionais SEC/IPLL, formação de conselhos regionais de leitura e dinamização de conselhos locais de bibliotecas e bibliotecários.

*2.ª Sessão:* PORBASE, cooperação e empréstimo.

*Prioridades:* O desenvolvimento de iniciativas de cooperação local e sectorial sempre com o objectivo de cooperação e compatibilização com projectos de nível nacional, como é o caso da PORBASE que, neste momento, consubstancia a infraestrutura indispensável para o incremento da cooperação, do empréstimo e do consequente acesso à informação.

*Linhas de acção propostas:*

- O relançamento de uma verdadeira rede de informação de ciência e tecnologia baseada na harmonização das estruturas de cooperação local, sectorial e nacional já existentes e a implementar;
- O estabelecimento das infraestruturas adequadas a um Serviço de Empréstimo nacional e internacional que assente, à partida, num correcto levantamento das existências nas bibliotecas portuguesas.

*3.ª Sessão:* Redes e sistemas: papel dos vários tipos de bibliotecas.

*Prioridade:* A avaliação das iniciativas existentes em termos de custos/benefícios com vista à sua rentabilização e ordenação compatibilizada pretendendo-se obter um diagnóstico quanto à pertinência de resposta e um levantamento das novas tecnologias existentes e suas aplicações práticas.

*Linhas de acção propostas:*

- O estabelecimento de um verdadeiro levantamento das necessidades de informação em Portugal;
- O conhecimento exacto da situação existente e da sua pertinência para os diversos tipos de utilizadores envolvidos.

4.<sup>a</sup> Sessão: Gestão das colecções: depósito legal e literatura estrangeira.

*Prioridade:* A implementação de um projecto de Disponibilidade Nacional do Documento integrado no programa UAP (University Availability of Publication) da IFLA.

*Linhas de acção propostas:*

- A intervenção junto do CSBP e de outros organismos do Estado no sentido de se activar um plano para estabelecer a dotação necessária ao desenvolvimento das colecções existentes nas bibliotecas portuguesas;
- O levantamento exaustivo dessas existências e a sua referência sobretudo em bases de dados com características de catálogo colectivo (Ex.: PORBASE).

5.<sup>a</sup> Sessão: Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas.

*Prioridade:* Tornar a BAD e a INCITE, representadas naquele órgão, em in-

terlocutores privilegiados, do ponto de vista técnico, de forma a que os pareceres técnicos, as decisões e as linhas de acção a implementar para uma política nacional de bibliotecas em Portugal e, conseqüentemente, para o Plano de Acção da DG XIII reflectam os problemas que verdadeiramente afectam os nossas bibliotecas e apontem, como soluções, as propostas que os membros daquelas associações profissionais, entendam ser prioritárias.

*Linhas de acção propostas:*

- Incentivar a participação da BAD e da INCITE, ao nível da comissão executiva para o que se deu imediato seguimento a um ofício dirigido a S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Secretário de Estado da Cultura manifestando a estranheza pela ausência daqueles representantes e solicitando a sua participação;
- Aproximação ao Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas criando um corpo de técnicos capazes de desenvolver trabalho no âmbito do *focal point*. Para tal foi, também, de imediato, oficiado ao Senhor Vice-Presidente do CSBP no sentido de o informar da disponibilidade das duas associações profissionais para empreender, na prática, as acções que o CSBP considere serem decorrentes da sua normal actividade.

6.<sup>a</sup> Sessão: Formação de pessoal.

*Prioridade:* A reestruturação dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais tornando-os adequados aos programas existentes noutros países da CE, organizando a formação e profissionalização dos professores e desenvolvendo os *curricula* de acordo com o plano teórico e prático em que, para além dos indispensáveis estágios se apontasse para uma verdadeira especialização final dos alunos.

*Linhas de acção propostas:*

- A intervenção das Associações profissionais na organização dos *curricula*, na preparação da legislação aplicada às carreiras e aos diferentes graus de profissionalização de forma a possibilitar um estatuto condigno para o pessoal das bibliotecas;
- A reorganização dos cursos de preparação de técnicos adjuntos tornando-os compatíveis com um padrão mais europeu, ajudando-os a participar activamente numa nova imagem para as bibliotecas portuguesas e combatendo, de todas as formas possíveis, a formação profissional que visa o lucro fácil e que não prepara para as funções bibliotecónicas do presente e do futuro.

7.<sup>a</sup> Sessão: Preservação e conservação.

*Prioridade:* O estabelecimento oficial de um Programa Nacional de Preservação que contemple a situação actual da maioria das bibliotecas portuguesas (e não só as que têm fundo antigo) e que promova soluções adequadas no que diz respeito a edifícios, climatização, limpeza, desinfestação, cuidados no manuseio, microfilmagem e restauro.

*Linhas de acção propostas:*

- A criação de um Grupo de Trabalho de Preservação e Conservação;
- O levantamento de experiências congéneres nos países da CE e o estudo da possibilidade de estabelecimento de planos integrados de acção, nomeadamente, no respeitante à escolha de critérios para conservação, microfilmagem e/ou restauro e ainda para a obtenção de formação especializada;
- A intervenção junto do CSBP e de outros organismos do Estado no sentido de se activar um plano para a preservação e conservação a nível nacional.

## Conclusões

Deste Colóquio, para além das prioridades que se propõem e que têm a ver com o encaminhamento das nossas preocupações junto dos

organismos de tutela, há algumas conclusões a retirar que são outras tantas recomendações aos profissionais das bibliotecas.

*A primeira diz respeito ao próprio papel, mais activo, que as Associações profissionais devem desempenhar no contexto actual.*

Compete, efectivamente, às Associações organizarem-se como espaço certo para o debate das linhas de acção que afectam os seus profissionais, auscultando as suas preocupações, promovendo o debate e criando formas activas de intervenção.

Em segundo lugar, deverão ser também as Associações a canalizar o diálogo a nível superior, colaborando empenhadamente para que a política cultural portuguesa reflecta a importância que têm as bibliotecas em Portugal e a necessidade urgente de as dotar de um plano de acção concertado e de meios para fazer responder às solicitações da sociedade.

Algumas das linhas de acção que se propõem passam, no entanto, por uma estratégia de organização interna que os profissionais também têm de aprender.

Temas como a cooperação podem ser explícitos em diplomas legais mas na prática só serão exequíveis se aprendermos a dialogar e a partilhar

recursos, habituando-nos a uma leitura prospectiva do nosso próprio papel enquanto intermediários da informação. Cooperar é dar e receber mas a situação pode não ser sempre equilibrada: por vezes damos mais do que recebemos, outras será a inversa.

A questão é tanto mais importante que *uma segunda conclusão que se parece poder extrair é que é urgente organizarmos essa cooperação tendo em vista a próxima integração europeia* pois, quando o momento chegar seremos chamados a cooperar activamente com estruturas já existentes e habituadas a organizar as suas tarefas sempre em função da análise custos/benefícios e da partilha de recursos.

*Uma terceira conclusão prende-se com a necessidade de promover a imagem das nossas bibliotecas e dos respectivos profissionais.* Por falta de infraestruturas, por lacunas importantes na formação de base e na formação contínua, a imagem das bibliotecas e dos bibliotecários não é boa. Se há, efectivamente, muito a fazer nos domínios organizacionais e na reordenação da formação não podemos esquecer que passa por nós, em primeiro lugar, o desejo de mudar, a vontade de nos afirmarmos e de potencializarmos as instituições onde trabalhamos.